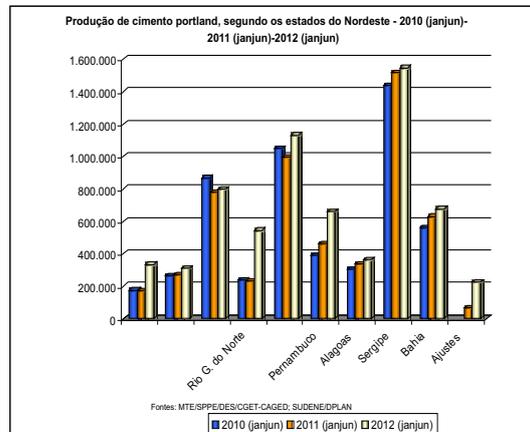


Produção e consumo de cimento no primeiro semestre de 2012

Produção de cimento *Portland*

Segundo o Sindicato Nacional da Indústria do Cimento (SNIC), a produção desse insumo no Nordeste apresentou um crescimento de 20,6% no primeiro semestre de 2012 em relação a igual período de 2011, tendo a produção variado de 5.475.775 t para 6.604.982 t. No mesmo intervalo de tempo, a produção nacional cresceu 10,4%, aumentando de 29.960.417 t para 33.088.121 t.

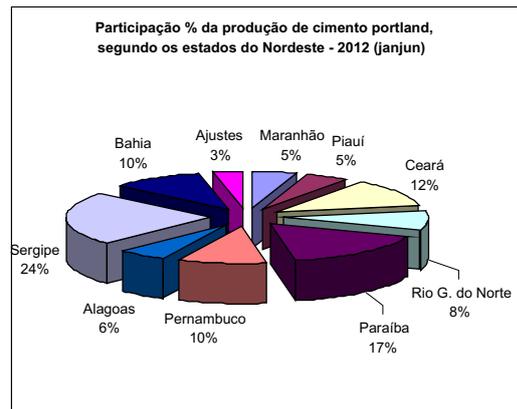
O crescimento regional foi fortemente impulsionado pelos desempenhos do Rio Grande do Norte (133,3%), Maranhão (94,0%) e Pernambuco (43,3%). A seguir situaram-se Piauí (14,7%), Paraíba (13,6%), Bahia (7,3%), Alagoas (7,2%), Ceará (2,7%) e Sergipe (1,9%).



O Nordeste também ganhou participação na produção nacional de cimento *portland*, passando de 18,3% no primeiro semestre de 2011 para 20,0% no mesmo período de 2012. No caso do primeiro semestre de 2010, a participação da Região na produção nacional de cimento era de 19,2%.

Na região, a participação da produção de cimento *portland*, no período de janeiro a junho de 2012, estruturou-se da seguinte forma: Sergipe, com 23,4%; Paraíba, com 17,2%; Ceará, com 12,1%;

Bahia, com 10,3%; Pernambuco, com 10,0%; Rio Grande do Norte, com 8,3%; Alagoas, com 5,5%; Maranhão, com 5,1%; Piauí, com 4,7%; e uma quantidade classificada como ajustes, responsável por 3,4% da produção.



No primeiro semestre de 2011, em comparação com o mesmo período de 2010, a taxa de crescimento da Região foi de 3,2% que em nada se assemelhou à do período recente, refletida no aumento de 5.305.341 t para 5.475.775 t. Nesse período, a produção nacional cresceu 8,4%, representada pelo aumento de 27.636.668 t para 29.960.417 t.

A produção acumulada do segundo semestre de 2010 caiu de 19,2 para 19,0, em relação a igual período anterior; no segundo semestre de 2011, elevou-se de 18,3% para 18,6%, significando que do final de 2010 até metade de 2011, a participação nordestina caiu 3,7%, recuperando-se no final de 2011, e mantendo a tendência até metade de 2012 (7,5%).

A tentativa de explicar o ocorrido passa pela necessidade de recuar um pouco no tempo visando entender o impacto das medidas de estímulo à manutenção da atividade econômica que o governo adotou para preservar o país dos efeitos da crise iniciada nos Estados Unidos, em 2007, e dos seus desdobramentos sobre a Europa, que envolveram a diminuição da taxa básica de juros (SELIC) - cuja média baixou de 13,7%, em 2008, para 8,6%, em 2009, a ampliação dos valores do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a

Política de Valorização do Salário Mínimo, a ampliação do prazo do seguro-desemprego, o Programa Minha Casa Minha Vida, a atualização dos valores do Programa Bolsa Família, a redução da meta de superávit primário de 3,3% para 2,5% do PIB, entre outras.

Tais medidas permitiram uma considerável expansão do produto de 7,5%, em 2010, a melhor desde 1986. Mas, neste cenário, surgiram, também, outros elementos indesejados: a retomada da inflação, o aumento dos preços internacionais das *commodities*, quebras de safra verificadas no início de 2011, aumento dos preços dos serviços, além da pressão causada pela demanda interna.

O Banco Central adotou medidas urgentes de desaceleração da demanda, iniciando um ciclo de elevações da taxa básica de juros, fazendo com que passasse de 10,75%, no final de 2010, para 12,5% em meados de 2011. Concomitantemente, outras medidas foram adotadas pelo governo como regras mais rígidas para a concessão de crédito, retirada de incentivos fiscais concedidos durante a crise internacional e elevação da meta de superávit primário de R\$ 117 bilhões, para R\$ 127 bilhões.

Por outro lado, com o agravamento da crise europeia e a repercussão nas exportações brasileiras, com impactos indiretos nos custos das *commodities*, interrompeu-se a trajetória ascendente da taxa básica de juros, fazendo com que declinasse de 12,5%, em meados de 2011, para 8,4%, no final do primeiro semestre de 2012. Paralelamente, foram adotadas outras medidas de estímulo à manutenção da atividade econômica, como a redução de impostos em setores específicos da economia, reversão da rigidez nas regras de concessão de crédito e implantação da segunda fase do PAC.

A política cambial foi utilizada como reforço à contenção da inflação por meio do gerenciamento dos fluxos de capitais estrangeiros. Como medidas imediatas foram adotadas: taxa de 6% sobre investimentos em renda fixa; taxa de 6% sobre operações de derivativos; taxa de 6% sobre recursos externos aplicados por prazos menores que três anos, entre outras.

Apesar do monitoramento constante da economia, o cenário continua a apresentar-se complexo, sendo o setor industrial, o mais penalizado.

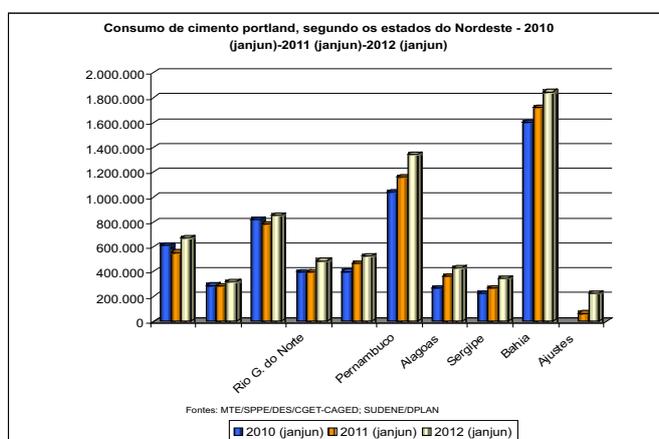
Os principais fatores que têm contribuído para esta situação são a concorrência externa em função da valorização cambial e as incertezas quanto ao futuro da economia mundial.

Os dados do IBGE confirmam que a indústria de transformação – um ramo do setor industrial – decresceu sua participação no PIB de 16,2%, em 2010, para 14,6%, em 2011.

Consumo de cimento

Segundo o SNIC, o Nordeste consumiu 16,2% a mais de cimento no primeiro semestre 2012 em comparação a igual período de 2011, retratado pelo aumento de 6.078.851 t para 7.062.908 t. No mesmo período o Brasil apresentou uma alta de 9,0% no consumo do insumo, representado pelo aumento de 30.772.007 t para 33.539.137 t.

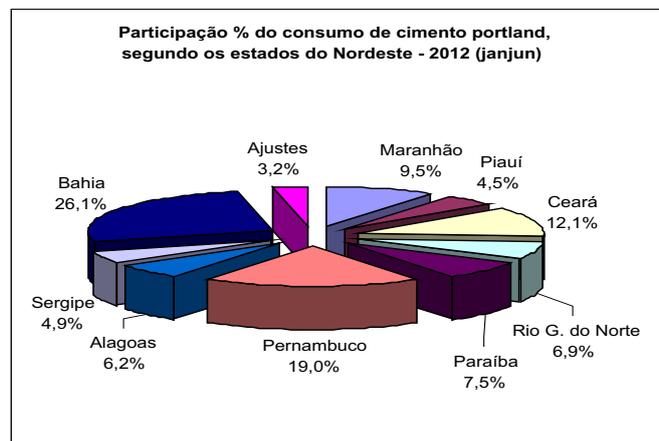
O desempenho regional foi alavancado pelo comportamento de Sergipe (28,6%), Rio Grande do Norte (23,4%), Maranhão (20,7%) e Alagoas (19,4%). A seguir situaram-se Pernambuco (15,5%), Paraíba (13,2%), Piauí (11,1%), Ceará (8,8%) e Bahia (7,4%).



O Nordeste também ganhou participação no consumo nacional de cimento *portland*, passando de 19,8% no primeiro semestre de 2011 para 21,1% no mesmo período de 2012.

No primeiro semestre de 2010, a participação da Região no consumo nacional de cimento era de 20,1%.

A participação regional no consumo de cimento *portland* obedeceu ao seguinte perfil: Bahia, com 26,1%; Pernambuco, com 19,0%; Ceará, com 12,1%; Maranhão, com 9,5%; Paraíba, com 7,5%; Rio Grande do Norte, com 6,9%; Alagoas, com 6,2%; Sergipe, com 4,9%; Piauí, com 4,5%; e uma quantidade classificada como ajustes, responsável por 3,2% do consumo.



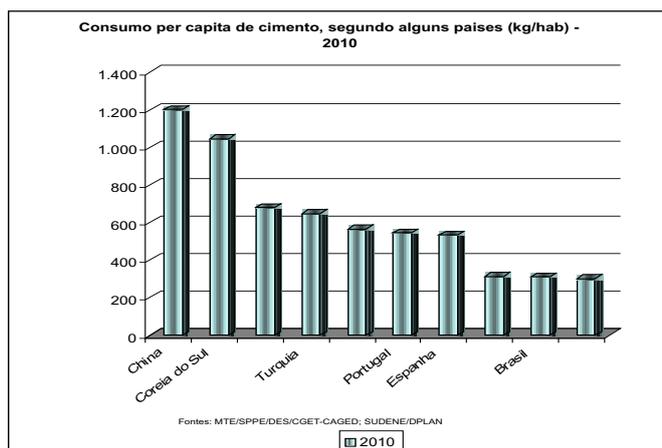
Infraestrutura - Cimento

No primeiro semestre de 2011, em comparação com o mesmo período de 2010, o consumo no Nordeste cresceu 7,5%, refletido na elevação de 5.656.395 t para 6.078.851 t. Nesse período, o consumo nacional cresceu 9,4%, representado pelo aumento de 28.124.737 t para 30.772.007 t.

Ao contrário do que se verificou na produção, a participação do consumo foi de alta constante, tanto comparando o início de 2010, quando passou de 20,1% para 20,5% ao final, como no início de 2011, quando passou de 19,8% para 20,3%. Do fim de 2011 até o fim do primeiro semestre de 2012, a tendência de alta manteve-se, passando para 21,1%.

Conclusão

De acordo com o SNIC, o consumo de cimento tem uma forte correlação com o aumento da renda real e, segundo o IPEA, o salário mínimo real cresceu 63,3%, entre 2004 e 2012.



Esse fato, associado à implantação dos vários programas de investimento do governo – além dos citados anteriormente, as obras da transposição do rio São Francisco, da Copa do Mundo e das Olimpíadas – tem aquecido a demanda a tal ponto que desde 2009 a produção não tem conseguido atender à demanda. Desta forma, em 2009, o Brasil alcançou um déficit de 145.000 t e o Nordeste, 148.000 t. Em 2010, o déficit do país foi de 891.000 t e o da Região, de 1.086.000 t. Em 2011, o primeiro obteve um déficit de 879.000 t e o segundo, de 1.222.000 t.

Estudos revelam que o crescimento econômico vem sendo puxado pelo consumo das famílias, beneficiando, setorialmente, mais o comércio do que a indústria.

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), num estudo recente, informa que, na comparação anual, a intenção de consumo das famílias mais uma vez apresentou variação positiva (4,8%), puxada pelo otimismo tanto em relação ao mercado de trabalho quanto em relação ao consumo.

O SNIC informa, ainda, que o Brasil é o maior produtor e consumidor da América Latina e o quarto maior consumidor de cimento do mundo, responsável por cerca de 1,8% do consumo mundial, incluindo a China. Entretanto, em termos *per capita* (311 kg/habitante, em 2010), situa-se bem atrás de outros países como a China (1.401 kg/hab), Coreia do Sul (1.046 kg/hab), Grécia (681 kg/hab), Turquia (648 kg/hab), Itália (565 kg/hab), Portugal (546 kg/hab), Espanha (532 kg/hab) etc.

Boletim Conjuntural

Publicação da Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas

Coordenação-Geral de Estudos e Pesquisas de Desenvolvimento

Coordenação de Gestão da Informação para o Desenvolvimento

Dezembro/2012

Equipe Técnica

Albertina de Souza Leão Pereira (Coordenadora)
José Luís Alonso da Silva (Responsável)
Anita de Cássia Teles Siqueira (Estagiária)
Audrey Raphaella M. dos Santos (Estagiária)

Editoração

Shirley Dantas Câmara

Dilma Vana Rousseff
Presidente da República

Fernando Bezerra de Souza Coelho
Ministro da Integração Nacional

Luiz Gonzaga Paes Landim
Superintendente da SUDENE

Henrique Jorge Tinôco Aguiar
Diretor Substituto de Planejamento e Articulação de Políticas



Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

Ministério da Integração Nacional

